

Jornalismo e práxis

Journalism and Praxis

Vanessa Hauser

Universidade Luterana do Brasil
Canoas, RS, Brasil.

RESUMO

O artigo tem como objetivo refletir sobre a validade do conceito de práxis como aporte teórico e categoria metodológica para pensar as transformações do jornalismo na atualidade. O faz a partir das categorias de práxis criadora e práxis reiterativa, pautado na obra de Sánchez Vázquez (1977, 2002), Kosik (1976) e Genro Filho (1986, 1989, 2012). O trabalho é um recorte da tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos (São Leopoldo, RS), que buscou mapear indícios de criação e reiteração nas práticas e valores do jornalismo dentro das redações do *El País* (Madrid), *Folha de S.Paulo* e *Zero Hora*.

ABSTRACT

The paper brings a reflection about the validity of the concept of praxis as a theoretical contribution and methodological category to think about the current transformations in journalism. It is based on categories of creative praxis and reiterative praxis, dialoguing with the work of Sánchez Vázquez (1977, 2002), Kosik (1976), and Genro Filho (1986, 1989, 2012). This text is a cut of the doctoral thesis defended in the Post-Graduation Program in Communication Sciences of Unisinos (São Leopoldo, RS), which sought to map indications of creation and reiteration in the practices and values of journalism within the editorial offices of *El País* (Madrid), *Folha de S.Paulo* and *Zero Hora*.

Palavras-chave

Jornalismo; práxis criadora; práxis reiterativa.

Keywords

Journalism; creative praxis; reiterative praxis.

Introdução

O presente artigo tem como propósito demonstrar a validade do conceito de *práxis* – e, conseqüentemente da *filosofia da práxis* – para pensar a crise do jornalismo como uma oportunidade de reinvenção de seus valores, pressupostos e práticas profissionais. A *práxis* é um suporte teórico que permitem pensar a realidade como uma totalidade processual em constante transformação, cujos desafios aparecem articulados, muitas vezes, ao dilema da permanência *versus* transformação, como é o caso do jornalismo na atualidade.

Já no prefácio de *O Segredo da Pirâmide*, Genro Filho (1989)¹ observava a incomunicabilidade entre teoria e prática no jornalismo, chamando atenção especialmente do campo teórico, que deveria transformar as evidências e contradições que aparecem no cotidiano da profissão em uma atividade racional, ou seja, “orientar a prática num sentido crítico e revolucionário” (Genro Filho, 2012, p. 10), transformando o jornalismo numa forma de produção social de conhecimento e levando em conta suas potencialidades socializantes e humanizadoras (ibidem).

A perspectiva dialética que o autor utiliza como base para toda sua reflexão, continua sendo fundamental para pensar o contexto atual da atividade, pois permite olhar para o jornalismo do ponto de vista de sua potencialidade de realização na sociedade. As bases do jornalismo estão sendo constantemente questionadas por novas formas de produção de sentido sobre o tempo presente. Quais as sínteses possíveis dessa contradição?

Investigar a processualidade do método jornalístico nas redações digitais pressupõe, defende-se, um olhar sobre a *práxis*. O conceito, elaborado para além da dualidade teoria/prática, revela-se norteador para refletir sobre o momento atual, marcado pela reelaboração do jornalismo como atividade social e cultural.

1 São utilizadas duas edições da obra, uma delas é de 1989 e a outra, reeditada recentemente, de 2012.

Tal reflexão teórica foi objeto da tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, RS), cujo objetivo era identificar e compreender, através do mapeamento de discursos sobre a crise do jornalismo, indícios de reiteração, criação e suspensão de práticas e valores profissionais, à luz de um entendimento dialético que compreende o momento atual do jornalismo como oportunidade de reelaboração crítica da atividade.

Constituindo-se como um recorte da pesquisa de doutorado, o presente artigo pretende-se não mais como um indicativo teórico e metodológico para estudantes e pesquisadores que se interessam por debater as transformações do jornalismo na atualidade.

1. O conceito de práxis

Práxis era um termo empregado na Antiguidade clássica para designar uma ação que tem seu fim em si mesma, ou seja, que não cria ou produz qualquer objeto exterior a si. De acordo com Aristóteles, e na interpretação de Sánchez Vázquez (1977), uma ação moral ou uma conduta pode ser considerada *práxis*, mas o trabalho de um artesão, cujo resultado é um objeto que passa a existir fora do agente criador, tem de ser considerado fabricação ou produção, ou seja, uma atividade poética e não prática.

Da filosofia clássica grega à atualidade, passando pelo pensamento moderno, o termo “*práxis*” foi reinterpretado de diferentes modos. No mais importante deles, tornou-se o eixo central da crítica marxista ao idealismo hegeliano. “Assim entendida, a *práxis* é a categoria central da filosofia [marxista] que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação” (Sanchez Vázquez, 1977, p. 05). A apropriação marxista do conceito resulta da dialética entre idealismo e materialismo, cuja

síntese é a concepção de que a existência humana pode ser entendida como elaboração da realidade através da práxis. Noção que, para a dialética marxista, se articula com os sujeitos em sua totalidade (Kosik, 1976). A formação do conceito de práxis, contudo, também não pode ser desvinculada da ideia de prática.

o conceito de uma atividade que, ao colocar o homem em relação com o mundo, define o que é o homem, o que é o mundo para o homem, o que é propriamente o conhecimento do mundo e o que é a prática como caminho para a transformação não só do mundo, mas ainda do próprio homem, de suas relações e instituições. (SÁNCHEZ VAZQUÉZ, 2002, p. 148)

O entendimento desse conceito facilita a compreensão da dialética entre teoria e prática para a formação da realidade humano-social e de todo o conhecimento que dela é derivado. Ou seja, não existe atividade prática sem teoria, assim como a atividade teórica, pura e simplesmente, contribui apenas para uma postura contemplativa da realidade. Nesse sentido, a práxis funciona como elemento mediador do pensamento idealista e materialista na filosofia e como uma das saídas possíveis para a desnaturalização de processos sociais alienantes. Tais elementos serão melhor aprofundados quando abordadas as distinções entre *práxis criativa* e *práxis reiterativa*.

Kosik (1976, p. 202), afirma que a "práxis é a esfera do ser humano". Para o autor, trata-se de um conceito fundamental da filosofia moderna, que coloca a dimensão criativa do homem como característica ontológica da realidade social. Nesse aspecto, polemiza com a tradição platônico-aristotélica, colocando em evidência os sujeitos como seres ontocriativos. Isso significa que:

A existência não é apenas enriquecida pela obra humana; na obra e na criação do homem – como em um processo ontocriativo – é que se manifesta a

realidade, e de certo modo se realiza o acesso à realidade. Na práxis do homem advém algo essencial, que contém em si mesmo a própria verdade; não é mero símbolo de qualquer outra coisa, mas possui uma importância ontológica. (KOSIK, 1976, p. 202)

Portanto, para Kosik (1976), por ser ontocriativo, o homem cria e compreende a realidade humano-social simultaneamente – não apenas através da ação prática, mas também a partir de uma necessária elaboração teórica dessa realidade. Em última análise, a noção marxista de práxis representa o ideal dialético de que tudo está em constante movimento, ou seja, nada do mundo humano-social está dado de uma vez por todas.

Em um texto intitulado *Marxismo, Filosofia Profana*, Genro Filho (1986) observa que a noção de práxis assegura, de um lado, a possibilidade de uma verdade objetiva e, de outro, a necessidade da crítica revolucionária, ao mesmo tempo teórica e prática, no processo de invenção histórica que o homem faz de si mesmo. Tal reflexão evidencia, mais uma vez, a relação dialética que forja o conceito de práxis dentro do marxismo: como tese, a dimensão material da realidade que interfere na construção social do mundo humano pelo viés da necessidade (objetividade). Como antítese, a possibilidade de inventar um mundo para além das determinações objetivas; o homem supera a natureza através do trabalho e cria possibilidades outras, naquilo que o marxismo entende como liberdade (subjetividade).

Surge daí a *filosofia da práxis*², pautada por uma dimensão revolucionária do conhecimento e sua atuação prática sobre a realidade, como "crítica das ideologias que tendem a conciliar o pensamento com o estado de coisas existente" (Sánchez

2 O termo *filosofia da práxis* foi elaborado por Antonio Gramsci, em *Cadernos do Cárcere* e, conforme explicação de Semeraro (2005), substitui gradativamente a expressão "materialismo histórico" nas reflexões do filósofo italiano. Através da leitura de Gramsci, a filosofia da práxis se torna o próprio marxismo, uma vez que, para ele, tal perspectiva renova completamente a maneira de entender a filosofia.

Vázquez, 2002, p. 174). Ao retomar o pensamento de Hegel, Genro Filho (1986) destaca a crítica que o autor fazia à filosofia, considerando-a como um pássaro atrasado, ou seja, que somente reconhecia a realidade, mas não tinha capacidade de rejuvenescê-la. A proposta da *filosofia da práxis* é justamente ser um pássaro antecipado.

De contemplativa à ativa, a filosofia passa a ser, com a práxis, um instrumento de transformação do mundo, orientando a produção teórica e o conhecimento para esse fim. Não há, portanto, apenas uma mudança de objeto, mas uma inversão da própria prática da filosofia – que se transforma, com o marxismo, na filosofia da revolução. Nesse sentido, uma práxis revolucionária moverá e será movida por uma teoria vinculada à ação real. Do contrário, uma práxis reformista irá requerer uma teoria objetivista, conforme explica Sánchez Vázquez (1977). Por isso, entre as funções da filosofia da práxis, está o seu papel crítico.

Segundo Genro Filho (1986), Marx uniu a premissa materialista com o caráter ativo e criador da subjetividade humana, forjando um novo conteúdo para o conceito de práxis. Desse modo, a dialética deixa de realizar-se apenas no plano conceitual e passa a revelar a relação do homem com sua realidade objetiva – relação essa que se estabelece como contraditória, envolvendo um duplo movimento, que é de objetivação e subjetivação.

Com base na primeira tese de Marx sobre Feuerbach, Sánchez Vázquez (2002) trata o conceito de práxis exatamente através desse movimento entre o mundo objetivo (realidade) e o mundo subjetivo (sujeito) – “como atividade orientada para a transformação de um objeto, como fim, traçado pela subjetividade consciente e atuante dos homens” (p. 168). Trata-se, portanto, de uma atividade cuja principal característica é uma unidade indissolúvel entre a objetividade e a subjetividade.

O autor descreve dois níveis possíveis através dos quais se pode desmembrar a ideia de práxis, “de

acordo com o grau de penetração da consciência do sujeito ativo no processo prático [...]” (Sánchez Vázquez, 1977, p. 245). Tem-se, portanto, de um lado, a práxis criadora, de cujo oposto complementar deriva a práxis imitativa ou reiterativa. Do outro, a práxis reflexiva ou espontânea. Tal diferenciação auxilia na compreensão da complexidade desta dicotomia entre objetivação/subjetivação que marca a ação do homem sobre a realidade e sua elaboração como sujeito social, histórico e cultural.

1.1 A práxis criadora

Considerada elemento determinante da auto-produção do homem, a *práxis criadora* representa o nível da inovação, cujo resultado são produtos únicos, o que permite “enfrentar novas necessidades e novas situações” na história (Sánchez Vázquez, 1977, p. 247). O processo, nesse caso, envolve uma dinâmica indissolúvel do sujeito e do objeto, ou seja, entre a atividade da consciência (ideal e finalidades da práxis) e sua realização (materialidade), uma interferindo reciprocamente sobre a outra. Disso resulta, segundo Sánchez Vázquez (1977), uma imprevisibilidade do processo, pois ele vai se recriando ao longo do percurso.

A práxis é, por isso, essencialmente criadora. Entre uma e outra criação, como uma trégua em seu debate ativo com o mundo, o homem reitera uma práxis já estabelecida. Considerada em seu conjunto, assim como em suas formas específicas [...] a práxis se caracteriza por este ritmo alternado do criador e do imitativo, da inovação e da reiteração” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1977, p. 248).

O conceito de *práxis criadora* assume centralidade no pensamento dialético à medida em que se coloca como eixo fundamental da relação epistemológica do homem com o mundo. De acordo com esta concepção, só é possível que as coisas sejam conhecidas ao passo que, de algum modo, são criadas. O conhecimento do mundo, portanto, não é um

espelhamento da realidade ontológica, mas uma criação espiritual e intelectual, cujo processo pode ser compreendido com um dos modos de relação prática dos homens com a realidade (Kosik, 2002).

Como representação da liberdade humana e sua relação dialética com a força objetiva que a dominação do homem sobre a natureza representa na história, a *práxis criadora*, portanto, não encerra o homem em sua objetividade. Ao contrário, ele se abre para o mundo e encara os desafios da realidade e do ser, no jogo dialético entre liberdade e necessidade.

O processo de criação, desse modo, caracteriza-se como processualidade que dinamiza ainda mais a existência humana (Sanchez Vazquez, 1977), uma vez que a *práxis criadora* não resulta em uma série de atos materiais absolutamente coerentes com atos de consciência que planejam esta materialidade. Nas palavras de Sanchez Vázquez (1977, p. 249, grifo nosso):

O que equivale a dizer que o subjetivo não é apenas ponto de partida do objetivo; não se oferece como um produto acabado da atividade subjetiva, já disposto a ser realizado – ou duplicado – objetivamente. A consciência estabelece – poderíamos dizer – uma finalidade aberta, ou um projeto dinâmico, e justamente por essa abertura ou dinamismo há de permanecer – também ela – aberta e ativa ao longo de todo o processo prático.

A influência material sobre as configurações da *práxis criadora* e seus resultados não pode ser negligenciada, portanto, na tentativa de compreender o processo ontocriativo dos sujeitos históricos, assim como também não é possível crer que a criação e a liberdade são as engrenagens que movem os sujeitos na produção da história. Em outras palavras, isso significa dizer que, por mais livre que o homem seja em sua subjetividade para ter ideias e criar projetos ideais, a concretização de tais projetos vai depender de condições objetivas de realização. Ao contrário, também as condições materiais já dadas vão

ser subsídio para a formação do pensamento, do conhecimento e das ideias. Uma dinâmica dialética entre o ontológico e o epistemológico.

1.2 A práxis reiterativa

As soluções encontradas pela *práxis criadora* perduram no tempo a partir de sua capacidade de solucionar problemas colocados para a existência humana. São repetidas, naturalizadas, reiteradas. Entra em jogo a *práxis reiterativa*, cujo papel é determinante na organização das sociedades, a partir de sua capacidade de ampliar quantitativamente uma mudança qualitativa anteriormente produzida (Sanchez Vazquez, 1977).

Ela é segura, pois os resultados materiais são muito mais previsíveis. O ideal já está fixado, funcionando como um modelo inflexível a ser imitado. Basta reproduzi-lo quantas vezes for necessário e o produto final será sempre o mesmo. Uma máquina pode ser considerada a imagem perfeita do que se entende por *práxis reiterativa*.

Não cria, não faz emergir uma nova realidade humana, e nisso reside sua limitação e sua inferioridade em relação à *práxis criadora*. Esse lado negativo, porém, não exclui um lado positivo que é, como acabamos de assimilar, ampliar o já criado. Mas, se o homem não fizesse mais do que repetir-se a si mesmo e o mundo, por sua vez, fosse para ele mera reiteração – um mundo de qualidades velhas e persistentes. Ou seja, se a atividade prática humana nada mais fizesse do que reiterar-se a si mesma, o homem não poderia permanecer como tal, já que é justamente o que o define, face ao animal, é sua historicidade radical, isto é, o fato de criar-se, formar-se, produzir-se a si mesmo mediante uma atividade teórico-prática que nunca se pode esgotar. Daí que por mais positiva que seja sua *práxis reiterativa* numa determinada circunstância, chega um momento em que tem que ceder caminho – no mesmo campo de atividade – a uma *práxis criadora*. Em virtude da historicidade fundamental do ser hu-

mano, o aspecto criador de sua práxis – concebida esta em escala histórica universal – é o determinante (SANCHEZ VAZQUEZ, 1977, p. 259).

De acordo com Moretzsohn (2007), a dialética de Lukács frui a partir da reflexão do filósofo sobre o cotidiano como lugar onde o homem produz respostas – através da práxis – para um sistema sempre mutável de necessidades. A função da arte e das ciências, para ele, não seria outra se não realizar a mediação entre situações previsíveis e a melhor maneira de enfrenta-las. “Porém, logo que se incorporam ao cotidiano, essas mediações se apagam, tornam-se naturais, parte da rotina” (Moretzsohn, 2007, p. 53), pois o cotidiano é, entre outras coisas, marcado por uma relação de imediaticidade entre pensamento e ação. Um lugar, portanto, onde vigora a naturalização da *práxis criadora*. Esse processo, entre outras coisas, necessário para que o ritmo da sociedade funcione. A reiteração constante leva, no entanto, a um entendimento do mundo como algo evidente, de puras repetições, as quais não podem ou não devem ser questionadas.

A hegemonia da *práxis reiterativa* sobre o mundo social e humano, em detrimento da *práxis criadora*, é um dos subsídios para a formulação do conceito de alienação por Karl Marx. O desenvolvimento do sistema capitalista e de suas forças produtivas geraram, para além do progresso econômico das sociedades, a crescente divisão e especialização do trabalho, cujo resultado seria “a divisão do próprio homem” (Sanchez Vazquez, 1977).

Não só se modela a finalidade, como a própria atividade, para evitar qualquer desvio e excluir, portanto, qualquer margem de imprevisibilidade, com a particularidade de que o operário não intervém com sua consciência nessa atividade prévia ideal, nem tem consciência do lugar que ocupa essa sua atividade parcelada dentro do processo total do qual ele é senão um fragmento. Para evitar toda a improbabilidade no resultado global que se preten-

de obter, determinam-se rigorosamente o ritmo, o tempo e os movimentos do operário, com a tendência a torná-los cada vez mais simples e reduzidos (idem, ibidem: p. 266).

O pensamento positivista, que dá lastro a uma concepção funcionalista do mundo, também se nutre da *práxis reiterativa* e a reproduz, naturalizando os fenômenos e os processos sociais. Do positivismo, cuja influência vai do campo científico ao campo jornalístico, resultam discursos sobre o mundo que, hegemonicamente, tomam a realidade como algo dado, cerceando as possibilidades do *vir a ser* e privilegiando a manutenção do *status quo*. A crítica de Moretzsohn (2007: 26) vai ao encontro dessa ideia: “o jornalismo existe para realizar esse difícil trabalho de demonstrar, no cotidiano tão acostumado à percepção do imediatamente visível, que os fatos não são o que parecem”. Entretanto, para a autora, a abordagem do discurso jornalístico tende a limitar-se ao reino das aparências, do senso comum. Ao contrário, deveria preservar a relação do jornalismo com o presente, mas sem deixar de “partir do fenômeno para conectá-lo ao processo” (Moretzsohn, 2007, p. 288-289).

A falta de senso crítico no jornalismo é atrelada, em grande medida, a uma visão naturalizada de objetividade e imparcialidade depositada sobre a profissão. Fenômeno que pode ser analisado com base em Groth (2011). Seguindo a perspectiva idealista que marca o pensamento alemão, o autor defende que o jornalismo é uma obra cultural marcada pelo sentido de teleologia, atentando para o fato de que as obras culturais, mesmo sendo criações dos homens, têm potencial de objetivar-se diante deles. “Com isso, a relação do ser humano com as suas formações se inverte: o que ele criou age sobre ele” (idem, ibidem, p. 98). Por isso, ainda que sejam entendidas como imateriais, como ideias e valores, as criações da cultura têm na sua materialidade a concretização de uma ideia que é ali depositada e que, em certo sentido, se desprende dos sujeitos.

1.3 O mundo da práxis reiterativa como lugar de acomodação do acontecimento

Ao problematizar a distinção entre *pseudoconcreticidade* e *concreticidade*, Kosik (2002) afirma que existem duas esferas possíveis de existência da *práxis* humana. Primeiramente, a relação do homem com o mundo é uma relação utilitária, “de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses” (p. 13). Essa seria a esfera da necessidade, da aparência, da *pseudoconcreticidade*.

Depois, em um segundo momento, os sujeitos analisam e compreendem essa mesma realidade prática, marcada pela realização de suas necessidades mais fundamentais, e, a partir delas, criam novas necessidades e, portanto, novas realidades. Essa é a esfera do conhecimento, da ciência, da essência, da concreticidade. Também é possível dizer que é o reino da liberdade. O exemplo e a reflexão de o comprovam:

Os homens usam dinheiro e com eles fazem as transações mais complicadas, sem ao menos saber, nem ser obrigados a saber, o que é o dinheiro. Por isso, a *práxis* utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade. Por este motivo, Marx pode escrever que aqueles que efetivamente determinam as condições sociais se sentem à vontade, qual peixe n' água, no mundo das formas fenomênicas desligadas de sua conexão interna e absolutamente incompreensíveis em tal isolamento. Naquilo que é intimamente contraditório, nada veem de misterioso [...] Nesta *práxis* se forma tanto o determinado ambiente material do indivíduo histórico, quanto a atmosfera espiritual em que a aparência superficial da realidade é fixada como o mundo da pretensa intimidade, da confiança e da

familiaridade em que o homem se move ‘naturalmente’ e com que tem de se avir na vida cotidiana. (KOSIK, 2002, p. 14-15)

Outra vez, essa dominação do mundo fenomênico e de sua força aparente sobre a compreensão da realidade leva ao que Marx chamou de alienação. Isso não significa, contudo, que apenas sujeitos privilegiados pelo conhecimento científico avançado teriam condições de viver fora desta lógica aparente do mundo, capazes de ver o que ninguém mais vê. Sem deixar de retomar o pensamento de Michel de Certeau em *A Invenção do Cotidiano*, Durand (2007) afirma que o cotidiano, o senso comum, com suas manifestações sociais, culturais, políticas, com suas contradições e conflitos, é também espaço do desenvolvimento do pensamento crítico, lugar de “microrresistências que fundam microliberdades e deslocam fronteiras de dominação” (p. 121).

Para além do fenômeno, da aparência, da *pseudoconcreticidade*, existe a coisa em si, a essência e a concentricidade. Para o pensamento dialético, portanto, o processo do conhecimento se dá nesse movimento que leva o sujeito do *pseudoconcreto* (fenômeno) ao concreto (essência). Mas por que a percepção imediata dos sujeitos sobre o mundo não capta a coisa em si?, indaga Kosik (2002). “Se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis” (ibidem, p. 17), ele mesmo responde inspirado na frase de Marx, em *O Capital* (1959 apud Kosik, 2002, p. 17): “Toda ciência seria supérflua se a forma fenomênica e a essência coincidissem diretamente”.

Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível. No mundo da *pseudoconcreticidade* o aspecto fenomênico da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é considerado como como a essência mesma, a diferença entre o fenômeno e a essência desaparece. (KOSIK, 2002, p. 17)

Essa correspondência entre o aspecto fenomênico e a realidade que se dá no mundo da pseudoconcreticidade é resultado de uma *práxis utilitária*, através da qual os sujeitos constroem a familiaridade com a sociedade e o mundo, com suas exigências, processos, rotinas e também com suas regras. Tal familiaridade é essencial para que a vida cotidiana se torne viável, dada a impossibilidade de uma reflexão crítica sobre todos os atos do dia a dia, como por exemplo, o trabalho.

A práxis naturalizada do cotidiano, no entanto, toma boa parte da vida de um sujeito, de modo que, para Lukács (apud Netto 1996), o cotidiano é um dos níveis constitutivos da história, no qual se realizam reciprocamente a reprodução dos indivíduos e da sociedade.

Ainda de acordo com o filósofo húngaro, são três as características que determinam a cotidianidade, quais sejam: a) a **heterogeneidade**, que se manifesta nas múltiplas formas que a vida do sujeito adquire simultaneamente, através de fenômenos e processos que se complementam, apesar de possuírem uma hierarquia entre si – aqui entra em jogo o trabalho, a vida privada, a vida política, a linguagem (Netto, 1996); b) a **imediatividade**, que se refere a uma relação quase direta entre pensamento e ação, formada através de automatismos que são necessários à reprodução do indivíduo e para o movimento da vida – para Lukács o homem é o “ser que dá respostas”; c) a **superficialidade extensiva**, à medida em que os sujeitos, na vida cotidiana, tendem a mobilizar toda a sua atenção e força para o cumprimento das tarefas práticas e urgentes do cotidiano, de modo que, segundo Netto (1996, p. 67), “a heterogeneidade e a imediatividade implicam que o indivíduo responda levando em conta o somatório dos fenômenos que comparecem em cada situação precisa, sem considerar as relações que os vinculam”.

Aparece na reflexão de Lukács sobre o cotidiano a ideia de singularidade, particularidade e universalidade, categorias utilizadas mais tarde por Genro Filho (1989) para pensar a teoria do jorna-

lismo como forma de produção social de conhecimento. “Aqueles determinações da cotidianidade fazem com que todo e cada indivíduo só se perceba como ser *singular*, vale dizer: a dimensão genérica [do indivíduo como pertencente ao gênero humano] aparece subsumida, na vida cotidiana, à dimensão da singularidade” (Netto, 1996, p. 68).

O cotidiano, portanto, aparece como o lugar intermediário entre o singular e o universal, entre o concreto e o abstrato, entre uma *práxis reiterativa* e *criadora*. É o ambiente em que os seres humanos engendram sua vida prática, reproduzindo as relações sociais, mas também o espaço concreto que fornece as condições para a construção de uma racionalidade crítica ou, em outras palavras, da *filosofia da práxis*.

Em *A Construção Social da Realidade*, Berger e Luckmann (2012) refletem sobre os processos sociais que interiorizam camadas objetivas da realidade na consciência dos sujeitos. Concluem, desse modo, que apesar de a sociedade ser um produto humano, ela o sujeita em alguma medida. Estabelece-se, deste modo, um conflito, já que:

...o mundo subjetivo dos indivíduos não precisa concordar plenamente com a realidade objetivamente definida pela sociedade – nem mesmo é possível. Na socialização, há pequenas fissuras, quando não verdadeiras rupturas. Na formação da identidade pessoal pode haver, no melhor dos casos, uma concordância aproximada de sentido [...] O indivíduo tem impulsos idiossincráticos, ousa transferir seus sonhos para o cotidiano e procurar aventuras fora dos programas da sociedade. (BERGER E LUCKMANN, 2012, p. 22)

É possível compreender precisamente esse ponto de ruptura entre a completa socialização do indivíduo e sua “rebeldia” diante da realidade dada como um processo do qual resultam duas consequências: a produção social de acontecimentos que abalam a ordem e, decorrente

disto, a concepção do conhecimento como algo que não deve se limitar a compreender o que já é, mas também produzir alternativas, um *poder ser*.

Essa concepção dialética sobre o conhecimento e a realidade é compartilhada por Berger e Luckmann (2012), mas que também dialoga com a percepção de Genro Filho (1989), conforme apontou Meditsch (2010). Ao socializar-se no mundo, apropriar-se da realidade ou produzir-se historicamente, o homem o faz de modo prático e teórico ao mesmo tempo.

O homem é um ser que domina e compreende o mundo simultaneamente e, nessa medida, transforma a si mesmo e amplia seu universo. A comunicação está no âmago da atividade prática coletiva, da produção social do conhecimento que emana dessa atividade e, ao mesmo tempo, a pressupõe. Portanto, está no âmago da produção histórica da sociedade e da autoprodução humana (VÁZQUEZ, 1989, p. 215).

Se a comunicação (e conseqüentemente o jornalismo) está, como aponta Genro Filho (*idem*), no âmago do processo de autoprodução histórica do homem, é possível compreendê-la como atividade que socializa a experiência cotidiana que se dá, por sua vez, pela dialética entre a socialização e a ruptura. Ao representar os fatos e acontecimentos que são origem e fruto dessa dinâmica, o jornalismo exerce esta dupla função de auxiliar, ao mesmo tempo, na conservação e renovação da realidade (Van Dijk, 2005 apud Meditsch, 2010).

Esses são, acredita-se, alguns elementos teóricos fundamentais que criam condições específicas para a reflexão sobre uma práxis do jornalismo, ou seja, sua relação teórica e prática com o mundo.

2. Práxis criadora e práxis reiterativa como categorias metodológicas

Na tentativa de apreender uma síntese possível da dialética entre o passado e o presente da

profissão, acredita-se que as categorias *práxis reiterativa* e *práxis criadora* são elucidativas para sistematizar os indícios de resistência e inovação dentro das redações, em um contexto de crise do jornalismo. Faz sentido, neste ponto, retomar o conceito elaborado por Sánchez Vázquez (1977, p. 248), o qual afirma que a “práxis se caracteriza por este ritmo alternado do criador e do imitativo, da inovação e da reiteração”, para explicar que o objetivo, a partir da presente análise, é justamente buscar perceber esse movimento e, mais do que isso, entender de que modo os atores do processo, ou seja, os jornalistas, são capazes de reelaborar criticamente sua atividade.

A *reiteração*, nesse sentido, representa um movimento de naturalização e consolidação de práticas e de valores dentro das redações como estratégia de fortalecimento das instituições jornalísticas diante de um contexto de enfrentamento: seja em relação à concorrência cada vez maior de produtores de informações que há na internet, ou em relação às próprias dinâmicas do jornalismo, que precisam se adaptar a novos recursos tecnológicos e diferentes formas de consumo da informação por parte do público.

A categoria *criação*, por outro lado, reúne indícios de movimentos de desnaturalização dos processos jornalísticos, tendo em vista a compreensão da necessidade de transformação como condição para a sobrevivência da profissão. Não basta, portanto, apenas adaptar a prática a novas condições materiais de produção; é preciso repensar o jornalismo em uma esfera mais ampla: sua relação com o público, sua função dentro de um espectro de troca de informações e sentido mais complexo, que é a rede, e até mesmo as potencialidades de concretização do ideal de jornalismo frente a condições objetivas de realização que são modificadas a partir da cultura digital.

Cabe esclarecer que a práxis reiterativa e a práxis criadora, conforme debatido no início deste trabalho, são momentos necessários do processo

ontocriativo dos seres humanos, em sua relação dialética com o mundo. Assim, não é possível tomar cada uma destas etapas da práxis no sentido valorativo, pois ambas podem ser positivas ou negativas, a depender da perspectiva pela qual são analisadas. Aplicadas ao contexto de transformação do jornalismo em um cenário de crise, é possível aferir, por exemplo, que a práxis reiterativa tem um aspecto positivo ao buscar delimitar características do jornalismo que são intransponíveis, caso a intenção seja estabelecer os limites/ou as fronteiras do que seria o campo jornalístico. Dentro das redações pesquisadas para a tese de doutorado, fica bastante evidente que há um discurso de valorização dos “velho” jornalismo, como alternativa para justificar a falta de inovação. O que barra a práxis criadora, nesses casos, é a necessidade de manutenção do poder e do capital destas instituições, sustentados por valores idealizados da profissão – como a defesa da democracia – e que contaram com certa credibilidade ao longo dos anos.

A dúvida sobre a existência ou legitimidade da ideia de crise do jornalismo serve de inspiração para a definição da terceira categoria. Inspirada em Lukács – a partir das apropriações que fazem Netto (1996) e Moretzsohn (2007) – a suspensão enquadraria os movimentos de experimentação e incertezas, com potencialidade crítica diante dos processos e práticas jornalísticas que se veem questionados em um novo cenário de produção, circulação e consumo da informação. A crise pode ser compreendida, portanto, justamente como esse ponto vazio entre uma *práxis reiterativa*, que é negada, e uma *práxis criadora*, que ainda não está naturalizada, pois se encontra em momento de experimentação.

Considerações Finais

É possível repensar a prática jornalística sem a teoria? O conceito de práxis carrega consigo uma impossibilidade de dissociação entre estes dois termos, significando que analisar a dinâmica das redações a partir deste referencial implica, também,

entender a teoria como elaboração de valores e potencialidades, refletindo sobre o jornalismo no seio de suas limitações e possibilidades, para que se possa construir um futuro para a profissão.

O conhecimento, para a dialética, não faz sentido se não for capaz de expor potencialidades. Por isso, insiste-se na ideia de explorar as possibilidades do jornalismo que, enquanto objeto em suspensão, pode ser reconstruído através da dialética entre reiteração e criação.

Conclui-se que o conceito de crise do jornalismo se estabelece precisamente nesse vazio entre uma *práxis reiterativa* desnaturalizada e uma *práxis criadora* que possa solucionar os desafios da atividade no contexto das redes digitais. O vazio é, paradoxalmente, um espaço cheio de possibilidades – no qual o jornalismo poderá ser reinventado. Em que parâmetros? Isso, acredita-se, dependerá do investimento da pesquisa em jornalismo para reencontrar possibilidades de diálogo entre a teoria e a prática, formular novas teorias e, além disso, propor alternativas para elaborar o futuro a partir daquilo que a profissão tem de mais enriquecedor: a defesa da diversidade de possibilidades para a autoprodução humana na história.

O contexto de crise do jornalismo é profícuo para pensar a sua reinvenção num sentido emancipatório porque enfraquece as instituições capitalistas que por muitos anos foram proprietárias dos principais meios de produção da notícia. As redes sociais digitais entram em cena para estabelecer novas disputas sobre a produção de informações e demonstrar que o jornalismo pode, em muitas frentes, se qualificar no contexto pós-industrial. Primo (2011) afirma, nesse contexto, que a fábrica já não é o endereço do poder. Se antes a notícia dependia, como qualquer outra mercadoria, dos donos dos meios de produção, nas palavras do autor, hoje “a informação se desgarrar do imperativo industrial. É através da potencialização da comunicação, dos afetos, do trabalho voluntário, dos movimentos de colaboração e das interações em redes que o jornalismo vai se transfor-

mando no contexto da cibercultura” (p. 131).

Referências

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

Genro Filho, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

_____. **Marxismo, filosofia profana**. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010, p. 19-42.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**: jornalismo e cotidiano, do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MORETZSOHN, Sylvia; TEIXEIRA, Felipe. A integração da redação de O Globo: questões sobre o jornalismo na era da incerteza. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 10, set. 2012, Curitiba. **Anais...** Curitiba. Disponível em: <<http://soac.bce.unb.br/index.php/ENPJor/XENPJOR/paper/viewFile/2125/205>>. Acesso: 26 nov. 2012.

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1996. p. 64-93.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Filosofia e circunstâncias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEMERARO, Giovanni. Filosofia da práxis e (neo) pragmatismo. **Revista Brasileira de Educação**. Mai.-Ago., 2005, No 29. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a03>>, acesso em: 20 de mar. 2018.

Vanessa Hauser – Professora do curso de Jornalismo da Universidade Luterana do Brasil (Canoas, RS), doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, RS) e Mestre em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. **E-mail**: hauservanessa@gmail.com

Recebido: 21 set. 2017

Aprovado: 03 abr. 2018